

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.480 - MG (2019/0225455-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : JOSE JOLIVAL DE CARVALHO
ADVOGADOS : BRENO GARCIA DE OLIVEIRA - MG098579N
ANGELICA SOARES OLIVEIRA - MG177092
RECORRIDO : UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A
OUTRO NOME : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : RICARDO LOPES GODOY - MG077167

EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM. OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRAZO QUINQUENAL.

1. Cuida-se, na origem, de ação monitória em fase de cumprimento de sentença.
2. Devidamente fundamentado o acórdão recorrido, de maneira clara e coerente, não há que se falar em vício de obscuridade.
3. A ação monitória fundada em instrumento particular prevendo dívida líquida está subordinada ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos do art. 206, § 5º, I, do CC, igualmente aplicável à pretensão executória, à luz da Súmula 150/STF. Precedentes.
4. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por JOSE JOLIVAL DE CARVALHO, com fundamento, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 08/03/2019.

Concluso ao gabinete em: 07/08/2019.

Ação: monitória, em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A em face do recorrente.

Decisão interlocutória: rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pelo ora recorrente.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 493):

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DISCUSSÃO ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA GARANTIA FORNECIDA EM CONTRATO BANCÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. DEFESA QUE DEVERIA TER SIDO VENTILADA EM SEDE DE PROCESSO COGNITIVO. REDISCUSSÃO ACERCA DA LEGALIDADE/ILEGALIDADE DO CONTRATO. NÃO CONHECIMENTO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COISA JULGADA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO "QUANTUM" DEVIDO POR MEIO DE PLANILHA. MATÉRIA LIMINARMENTE AFASTADA. ARTIGO 475- L, §22, DO CPC/73 APLICÁVEL AO CASO.

1. Não se conhece de matéria ventilada exclusivamente em sede de impugnação ao cumprimento de sentença que pretende discutir a natureza jurídica da garantia concedida em contrato bancário, quando, julgado procedente o pedido formulado em sede de ação monitória, com trânsito em julgado, reconheceu o dever solidário no pagamento da dívida apontada.

2. A impugnação ao cumprimento de sentença não se presta a rediscutir matérias que poderiam/deveriam ser apreciadas em sede de processo cognitivo, especialmente quando o título executivo que embasa a execução está revestido pelo manto da coisa julgada material.

3. Nos termos do artigo 475-L, §2º do CPC/73, aplicável ao presente caso, quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de rejeição liminar dessa impugnação.

4. Ausente à demonstração do cálculo que entende devido, cumpre afastar, liminarmente, a alegação de excesso de execução, reconhecendo a validade do débito apontado nos cálculos do exequente".

Embargos de declaração: os primeiros embargos opostos pelo recorrente foram parcialmente acolhidos, para sanar omissão relativa à prescrição intercorrente. Os segundos embargos foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 921 e 1.022 do CPC/15, 206, § 5º, I, e 2.028 do CC/02. Sustenta que: (i) o acórdão recorrido foi obscuro ao afirmar que o prazo da prescrição intercorrente é de 10 anos; (ii) aplica-se à execução o mesmo prazo de prescrição da ação, que, na hipótese de monitória, é quinquenal; (iii) restou implementada a prescrição intercorrente da pretensão executória.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

O acórdão recorrido não apresenta o alegado vício de obscuridade, haja vista que enfrentou o tema da prescrição intercorrente de maneira clara, fundamentada e coerente, ainda que de forma diversa daquela pretendida pelo recorrente.

Isso, contudo, não autoriza a oposição de embargos de declaração, consoante preconiza a firme jurisprudência desta Corte. Nesse sentido, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

Assim, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15.

- Do prazo prescricional aplicável à demanda

O Tribunal de origem, ao entender aplicável à hipótese o prazo de prescrição de 10 (dez) anos, divergiu da jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que a ação monitória fundada em instrumento particular prevendo dívida líquida está subordinada ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos do art. 206, § 5º, I, do CC, igualmente aplicável à pretensão executória, à luz da Súmula 150/STF.

A propósito, vejam-se os julgados: AgInt no REsp 1.743.365/PR, 3ª Turma, DJe 07/11/2018; AgInt no AREsp 1.089.519/SC, 4ª Turma, DJe 27/09/2018 e AgInt no AREsp 812.227/RS, 4ª Turma, DJe 26/02/2018.

Logo, o acórdão recorrido merece reforma.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para determinar a incidência do prazo de prescrição

Superior Tribunal de Justiça

quinquenal à pretensão executória. Por consequência, determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que examine o implemento da prescrição intercorrente com base no referido prazo, à luz da jurisprudência desta Corte.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

